

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 2017.01.17.1**

1 - ABERTURA:

Por ordem do Ilmo Sra. Diretora e Ordenador de Despesa da CASA DE SAÚDE ADÍLIA MARIA o Sr. RACHELL MARIA CAVALCANTE DE FRANÇA, e o Ilmo Sr. ODÉCIO SOARES VIEIRA, diretor executivo do SAAE, e a Ilma Sra. MASLÚCIA MARIA FACUNCO MESQUITA, secretária do Trabalho e Assistência Social foi deflagrado, nesta data, o presente PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, objetivando a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM - CE.**

2 - JUSTIFICATIVA:

2.1 DA NECESSIDADE DO OBJETO

A dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93, justifica-se ante o exposto, pela obediência, em especial, ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação provisória, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo. Ampara-se também no Decreto emergencial nº 012/2017 de 02 de Janeiro de 2017 e o decreto de nº. 017, de 12 de Janeiro de 2017, no qual justifica as necessidades dos serviços essenciais de saúde, como é o caso da aquisição de combustíveis para as ambulâncias, frota de veículos do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE e veículo para os atendimento do Conselho Tutelar, em prol do interesse público de proporcionar melhor atendimento e saúde, uma vez que tornando-se indispensáveis o atendimento a população o que pode vir a causar danos a sobrevivência humana.

Acerca do tipo de serviço essencial e interrupto o artigo 10 da Lei nº 7.783/89, dispõe com mais exatidão os serviços e atividades consideradas **essenciais, "in litteris"**:

"Art. 10- São considerados serviços ou atividades essenciais:

I- tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; II- assistência médica e hospitalar; III- distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; IV- funerários; V- transporte coletivo; VI- captação e tratamento de esgoto e lixo; VII- guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; IX- processamento de dados ligados a serviços essenciais; X- controle de tráfego aéreo; XI- compensação bancária."

O parágrafo único do artigo 11 da sobredita lei complementa mais uma vez a noção de essencialidade, ao afirmar que **"São necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, não atendidas, colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população".**

Ademais, a atividade estatal de aquisição deve ser pautada no sentido de concretizar o princípio constitucional da dignidade humana. Por isso, o fornecimento dos itens são indispensáveis como é o caso, do oxigênio medicinal, devem ser prestados de forma contínua, sob pena de violar o princípio constitucional da dignidade humana, pois são serviços indispensáveis e necessários à uma vida saudável.

Logo, indiscutivelmente a aquisição é **imprescindível** ao regular funcionamento das atividades da Casa de Saúde Adília Maria, do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE e do Conselho Tutelar cuja execução em nenhum momento pode sofrer solução de interrupção, **sob pena de se gerar graves problemas de saúde ou a segurança da população e sobrevivência humana.**

Por conseguinte, tem o Município a necessidade urgente, conforme Decreto Nº 012/2017 de 02 de Janeiro de 2017 e decreto de Nº. 017/2017 de 12 de Janeiro de 2017 é inadiável o atendimento a essa situação, que efetivamente acarretará sério prejuízo e comprometerá as atividades destas Pastas, afigurando-se, portanto, a **SITUAÇÃO EMERGENCIAL.**

Considera-se como situação emergencial, asseguradora da regular dispensa de licitação, aquela que precisa ser atendida com urgência, objetivando a não ocorrência de prejuízos, não sendo comprovada a desídia do administrador ou falta de planejamento.

O respeitável autor Jessé Torres Pereira Júnior, ao comentar o referido dispositivo – DISPENSA DE LICITAÇÃO – apresentou o seguinte entendimento:

“Já na vigência da Lei 8.666/93, o Tribunal de Contas da União definiu que: além da adoção das formalidades previstas no art. 26 e seu parágrafo único da Lei 8.666/93, são pressupostos da aplicação do caso de dispensa preconizados no art.24, inciso IV, da mesma lei: a1) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação; a2) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à educação ou à vida das pessoas; a3) que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso; a4) que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado.”

Segundo o renomado professor Marçal Justen Filho, para a efetiva caracterização da hipótese de dispensa de licitação é necessário o preenchimento de dois requisitos importantes, quais sejam:

“a) a demonstração concreta e efetiva da potencialidade do dano; b) a demonstração de que a contratação é a via adequada e efetiva para eliminar o risco.”

É notório que nos procedimentos de dispensa e de inexigibilidade, não existe a obrigatoriedade de cumprimento de todas as etapas formalizadas na Lei 8.666/93, que são fundamentais em um procedimento normal de licitação. Mesmo assim, devemos atentar para os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa impostos à Administração Pública, conforme ensina Antônio Roque Citadini:

“Conquanto esteja desobrigado de cumprir tais etapas formais, não estará o administrador desobrigado da obediência aos princípios básicos da contratação impostos à Administração Pública. Assim, será sempre cobrada ao administrador a estrita obediência aos princípios: da legalidade (a dispensa deverá ser prevista em lei e não fruto de artimanha do administrador para eliminar a disputa); da impessoalidade (a contratação direta, ainda que prevista, não deverá ser objeto de protecionismo a um ou outro fornecedor); da moralidade (a não realização das etapas de licitação não elimina a preocupação com o gasto parcimonioso dos recursos públicos, que deve nortear a ação do administrador); da igualdade (a contratação direta não significa o estabelecimento de privilégio de um ou outro ente privado perante a Administração); da publicidade (embora restrita, a contratação direta não será clandestina ou inacessível, de modo que venha a impedir que dela conheçam os outros fornecedores, bem como os cidadãos em geral); e da probidade administrativa (que é o zelo com que a Administração deve agir ao contratar obras, serviços ou compras)”.

Convém ressaltar, por fim, que a administração local empreendeu todas as medidas necessárias com vistas a selecionar fornecedores que dispõem dos itens em questão, bem como serem legalmente constituídos e estão apresentando preços compatíveis com o praticado no mercado, além de ter as qualidades exigidas.

De mais a mais, vale registrar que a administração não pode prescindir de contratar **neste momento** pessoas jurídica que atenda ao exigido, para executar tais compras/ e ou serviços para o atendimento as necessidades, à espera da ultimação de novo certame, em consonância com os ditames legais, desta forma, sem contabilizar prejuízos às suas atividades. Portanto, flagrante a **necessidade de contratação imediata**.

3 - DO FUNDAMENTO JURÍDICO:

Como é sabido, a Licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados os casos em que a administração **pode ou deve deixar de realizar licitação**, tornando-a **dispensada, dispensável e inexigível**.

DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL – Artigo 24, IV da Lei n.º 8.666/93 e Decreto Municipal 012/2017 de 02 de janeiro de 2017 e o Decreto Municipal de nº. 017, de 12 de janeiro de 2017.

O caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação **dispensável**, pois a **urgência** na prestação dos prefalados serviços afigura-se patente, haja vista a necessidade premente de continuidade das atividades inerentes a estas pastas citadas, os quais se encontram seriamente comprometidos com o término do contrato anterior, bem como da tentativa de realização dos processos licitatórios.

Segundo a Lei Federal nº 8.666/93, em hipóteses tais, a administração pode efetivamente realizar a **contratação direta** das referidas aquisições, mediante dispensa de licitação, pelo prazo de até 180 (cento oitenta) dias, dada a emergencialidade instalada com a potencial paralisação das atividades, conforme artigo 24, IV do referido diploma, *verbis*:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento de situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) DIAS consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.”

Note-se, pois, que a Lei autoriza a dispensa de licitação para contratações de bens, serviços ou obras **em situação de emergência** fundada na premissa de que a adoção de procedimentos positivos de licitação, nesses casos, não atende ao interesse público – *fim único de toda atividade administrativa* – porquanto diante da **iminência de sérios e irreparáveis danos** aos bens jurídicos tutelados pelo estado com a imminente paralisação de atividades, seria despropositado exigir o cumprimento de rigorosas formalidades procedimentais que, pela demora natural à sua efetivação, acarretariam a impossibilidade da contratação dentro de prazo compatível e, inevitavelmente, efetivando a concretização ou majoração do dano então refutado pela administração.

Por **emergência** entende-se uma situação crítica, anômala, que se origina independente da vontade da administração e interfere negativamente no seu bom e regular funcionamento, exigindo daí, **pronta ação preventiva ou corretiva do ente público**, que não encontra na realização do processo de licitação o instrumento hábil à resolução desse desequilíbrio.

Nesse ambiente, as contratações diretas realizadas com base nessas situações atípicas têm por único objetivo suprimir ou mitigar **transitoriamente** o prejuízo potencial ou efetivo ao interesse público, gerado com a paralisação real ou iminente dos serviços, obras ou aquisições relevantes, enquanto providenciado o devido processo licitatório. Portanto, a contratação de emergência tem função basicamente **acautelatória**.

Desse modo, a hipótese tratada apresenta-se como um dos casos em que a administração pode (e deve) efetivamente dispensar o processo licitatório, realizando a contratação direta para não ocasionar prejuízos, porquanto se depara com a necessidade inadiável de contratar compras /e ou serviços, pelo período de até **60 (SESSENTA) DIAS, podendo ser prorrogado conforme o Art. 57 da Lei Federal 8.666/93**, e ou enquanto ultima-se um novo procedimento licitatório, conforme instruções, visando selecionar licitante habilitado, conforme estabelece o artigo 24, inciso IV da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e decreto emergencial 012/2017.

Também o TCU, em decisão, afirmou que “A contratação emergencial se dá em função da essencialidade do serviço ou bem que se pretende adquirir, pouco importando os motivos que tornam imperativa a imediata contratação. Na análise de contratações emergenciais não se deve buscar a causa da emergência, mas os efeitos advindos de sua não realização. A partir dessa verificação de efeitos, sopesa-se a imperatividade da contratação emergencial e avalia-se a pertinência da aplicação, pelo administrador, da excepcionalidade permitida pelo art. 24, IV, da Lei de Licitações” (AC-1138-15/11-P, Sessão: 04/05/11, Grupo: II Classe: VII Relator: Ministro UBIRATAN AGUIAR)

4 - RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

A escolha recaiu sobre a **PESSOAJURÍDICA**:

EMPRESA	CNPJ
CARNEIRO AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA	03.788.115/0001-80

Além disso, trata-se de pessoa jurídica que fornece o objeto em questão e encontram-se legalmente representadas e apresentam preços compatíveis com os praticados no mercado, conforme orçamento de preços do município, acostadas aos autos e possui todas as condições de habilitação necessárias.

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Tesouro Municipal e deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter

excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos é a justificativa do preço, a teor do inciso III do parágrafo único do artigo 26 da Lei de Licitações.

Assim, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se em conformidade com a média do mercado específico, obtida através de PESQUISA DE PREÇOS, procedido através de pesquisa de mercado sendo esta a de menor valor proposto.

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

Os recursos necessários ao custeio das despesas oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2017, das **UNIDADES GESTORAS**, classificados sob os códigos:

Órgão	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Fonte	Elemento de Despesas
14 - CSAM	1401	10.302.1003.2.074	009	3.3.90.30.00
13 - SAAE	1301	15.512.1703.2.072	001	3.3.90.30.00
07 - AÇÃO SOCIAL	0702	08.243.0803.2.038	001	33.90.30.00

BOA VIAGEM, CE 17 de janeiro de 2017.

Rafaela de Sousa Santos
RAFAELA DE SOUSA SANTOS
PRESIDENTE DA CPL

DECLARAÇÃO DE DISPENSA

A ordenadora de despesa supra citada, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o mais que consta do presente **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 2017.01.17.1**, vem emitir a presente **DECLARAÇÃO DE DISPENSA** de licitação, fundamentada no Artigo 24, IV, da Lei nº. 8.666/93 bem como decreto emergencial 012/2017, para a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA DE SAÚDE ADÍLIA MARIA DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM - CE** em favor de:

EMPRESA	CNPJ
CARNEIRO AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA	03.788.115/0001-80

Em conformidade com o Termo de Referência e seus anexos a serem executados no prazo de **60 (SESSENTA) DIAS, podendo ser prorrogado conforme o Art. 57 da Lei Federal 8.666/93.**

ORGÃO	VALOR R\$
CASA DE SAÚDE ADILIA MARIA	84.840,00(Oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta reais);

Despesa a ser custeada com recursos devidamente alocados no orçamento municipal, sendo: **TESOURO MUNICIPAL**, para o exercício de 2017 classificados sob os códigos:

Órgão	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Fonte	Elemento de Despesas
14 - CSAM	1401	10.302.1003.2.074	009	3.3.90.30.00

Dá conhecimento do inteiro teor da presente declaração, para que se proceda, se de acordo, à devida ratificação.

Boa Viagem, CE 17 de janeiro de 2017.

Rachel Maria Cavalcante de França

RACHELL MARIA CAVALCANTE DE FRANÇA
DIRETORA GERAL DA CASA DE SAÚDE ADÍLIA MARIA



DECLARAÇÃO DE DISPENSA

O ordenador de despesas supra citado, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o mais que consta do presente **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 2017.01.17.1**, vem emitir a presente **DECLARAÇÃO DE DISPENSA** de licitação, fundamentada no Artigo 24, IV, da Lei nº. 8.666/93 bem como decreto emergencial 012/2017, para a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM - CE** em favor de:

EMPRESA	CNPJ
CARNEIRO AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA	03.788.115/0001-80

Em conformidade com o Termo de Referência e seus anexos a serem executados no prazo de **60 (SESSENTA) DIAS, podendo ser prorrogado conforme o Art. 57 da Lei Federal 8.666/93.**

ORGÃO	VALOR R\$
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	20.125,00(Vinte mil, cento e vinte e cinco reais);

Despesa a ser custeada com recursos devidamente alocados no orçamento municipal, sendo: **TESOURO MUNICIPAL**, para o exercício de 2017 classificados sob os códigos:

Órgão	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Fonte	Elemento de Despesas
13 - SAAE	1301	15.512.1703.2072	001	3.3.90.30.00

Dá conhecimento do inteiro teor da presente declaração, para que se proceda, se de acordo, à devida ratificação.

Boa Viagem, CE 17 de janeiro de 2017.

ODÉCIO SOARES VIEIRA
DIRETOR EXECUTIVO DO SISTEMA AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE

DECLARAÇÃO DE DISPENSA

A ordenadora de despesas supra citada, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o mais que consta do presente **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 2017.01.17.1**, vem emitir a presente **DECLARAÇÃO DE DISPENSA** de licitação, fundamentada no Artigo 24, IV, da Lei nº. 8.666/93 bem como decreto emergencial 012/2017, para a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM - CE** em favor de:

EMPRESA	CNPJ
CARNEIRO AUTO POSTO E SERVIÇOS LTDA	03.788.115/0001-80

Em conformidade com o Termo de Referência e seus anexos a serem executados no prazo de **60 (SESSENTA) DIAS**, podendo ser prorrogado conforme o Art. 57 da Lei Federal 8.666/93.


ORGÃO	VALOR R\$
TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.272,00(Seze mil, duzentos e setenta e dois reais);

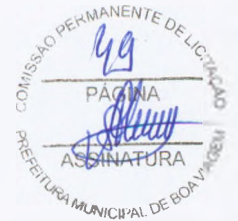
Despesa a ser custeada com recursos devidamente alocados no orçamento municipal, sendo: **TESOURO MUNICIPAL**, para o exercício de 2017 classificados sob os códigos:

Órgão	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Fonte	Elemento de Despesas
07 – AÇÃO SOCIAL	0702	08.243.0803.2038	001	33.90.30.00

Dá conhecimento do inteiro teor da presente declaração, para que se proceda, se de acordo, à devida ratificação.

Boa Viagem, CE 17 de janeiro de 2017.


MASLÚCIA MARIA FACUNDO MESQUITA
SECRETÁRIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL



**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DA
DECLARAÇÃO DE DISPENSA**

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, especialmente em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, que a Declaração de Dispensa do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. **2017.01.17.1** , foi publicado através de afixação na Portaria desta Prefeitura (Quadro de Avisos e Publicações), na data de 17 de janeiro de 2017.

Rafaela de Sousa Santos
RAFAELA DE SOUSA SANTOS
PRESIDENTE DA CPL